

TUCÍDIDES E O (RE)ACERTO DO FATO DA TIRANIA DE HÍPIAS: ALCANCE E LIMITES DOS INDICIAMENTOS INVESTIGATIVOS DA VERDADE

Francisco Murari Pires
[Professor titular da USP]

ABSTRACT

A Hermeneutical approach that points out similarities between Lorenzo Valla's methodological conceptions of factual proof and Thucydudean conception of historical methodology is analysed and criticized in the present article.

Keywords: Thucydides, ancient history, Lorenzo Valla, factual proof, hermeneutic.

PARADIGMA INDICIÁRIO

No ensaio "Sinais: raízes de um paradigma indiciário",¹ Carlo Ginzburg busca identificar o tipo de formulação epistemológica que, mais especialmente privilegiado no domínio das "ciências humanas" na modernidade, atravessa e acompanha de fato toda a história humana, tendo suas raízes em tempos primordiais, desde as sociedades de caçadores do Neolítico. Tal método investigativo perpassa inúmeros campos da atividade humana, das perseguições de caça, artes divinatórias, práticas médicas, imaginários literários de romances policiais e detetivescos, perícias eruditas de "*connaisseurs* de obras de arte", saber psicanalítico freudiano, técnicas grafológicas, exegese de crítica textual histórico-filológica, vindo a alcançar, ainda, os procedimentos burocráticos de identificação do indivíduo na sociedade burguesa contemporânea. Reconhece-se, assim, o paradigma ao longo de toda essa história sob distintas qualificações denominadoras: ou "indiciário" ou "venatório" ou "divinatório" ou "semiótico".

1. "Spie. Radice di um paradigma indiziario", reeditado in *Mitti emblemi spie: morfologia e storia*. Torino: 1986 [Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: 2001, p. 143-179].

O texto de Ginsburg, originariamente editado em 1979 na obra organizada por A. Gargani, *Crisi della ragione*, firma um dos atos do historiador italiano,² o qual reage em defesa da consistência consagrada do padrão de racionalidade cognitiva do saber historiográfico contra as investidas que, em tempos “pós-modernos”, denunciavam as falácias da “cientificidade” da história. Precisamente imantada pela problemática que o título da obra condensa, Ginsburg demarca o alcance porque ele avalia sua contribuição para o debate, delimitando-o pontualmente pelas declarações inicial e final que circundam sua reflexão: pela primeira, a instigar qual seja a proposição de seu ensaio,³ e, pela última, a orientar que projeções o concluem.⁴

François Hartog, em artigo datado de 1982, estranha que Ginsburg não tivesse integrado em sua reflexão nesse ensaio a lembrança do nome de Tucídides, já que o historiador ateniense, particularmente naquela seção localizada de sua história que trata do “passado” - a assim dita “Arqueologia” -, recorre notoriamente ao emprego da operação cognitiva por “indiciamento” (*semeion, tekmerion*) para fundamentar as apreciações de juízo histórico então firmadas em seu texto: *On peut s'étonner que C. Guinsburg, dans son article "Signes: traces, pistes, racines d'un paradigme de l'indice" (trad. "Le Débat" 6, p. 3-44, 1980), ne s'arrête pas, à propos de la Grèce, à Thucydide. Étant entendu que pour Thucydide la connaissance par indice est fondamentalement insatisfaisante.*⁵ O comentário de Hartog, de alcance apenas “aparentemente menor” - pois, relegado a uma nota de rodapé -, situa, entretanto, com precisão o problema, claramente aludindo à divergência que singulariza a *práxis* historiográfica tucidideana - especialmente no que respeita à sua definição do “presente” como temporalidade que demarca o objeto da História - em seu confronto com a moderna - século XIX, sobretudo -, a qual, não obstante

2. Confronte-se com as reflexões de Ginsburg de inícios da década de 1990 concernentes à questão da categoria retórica da prova na fundamentação epistemológica da escrita da história por Lorenzo Valla (*History, Rhetoric and Proof*, 1994, p. 54-70). Nesse sentido vejamos os ensaios de François Hartog, compostos a partir da década de 1980 e agora editados em *Evidence de l'histoire*, que refletem sobre os nexos de questões e problemas da escrita da história na *conjoncture de la fin du XXe siècle* (2005: p. 15).

3. “Nessas páginas tentarei mostrar como, por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso se prefira, um paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção. A análise desse paradigma, amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’” (Ginsburg, 2001: p. 143).

4. “Essa ‘intuição baixa’ está arraigada nos sentidos (mesmo superando-os) - e enquanto tal não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX. É difundida no mundo todo, sem limites geográficos, históricos, étnicos, sexuais ou de classe - e está, portanto, muito distante de qualquer forma de conhecimento superior, privilégio de poucos eleitos. É patrimônio dos bengaleses expropriados do seu saber por sir William Herschel, dos caçadores, dos marinheiros, das mulheres. Une estreitamente o animal homem às outras espécies animais” (Ginsburg, 2001: p. 179).

5. Hartog (1982: p. 25).

instituir o “passado” como o objeto próprio da temporalidade historiográfica, todavia toma a *História* de Tucídides por modelo de sua inspiração fundadora.⁶

Cerca de uma década depois, em obra publicada em 1990, Udo Klee⁷ retoma, em seu erudito tratado sobre a recepção de Tucídides à época dos humanistas na Itália e Alemanha dos séculos XV e XVI, a apreciação do alcance historiográfico dessa problemática respeitante à operação *indiciária*. Klee justamente a (re)valoriza como fundamento de metodologia crítica averiguadora de veracidade histórica, que teria sido assim modernamente (re)inaugurada em seus nexos de racionalidade historiográfica pela (re)integração do modelo tucidideano pelo qual Leonardo Bruni compusera suas *Historiarum Florentini populi Libri XII*, especialmente em seu primeiro volume, assim particularmente consagrado à reconstituição do passado histórico da cidade, desde sua milenar fundação em tempos romanos.

De Tucídides em especial, entende Klee, Bruni assimilara aquela postura metodológica de recusa do “fabuloso”, reagindo contra as tradições lendárias que fantasiavam a história dos tempos primordiais. Klee comprova tal alinhamento tucidideano de Bruni submetendo seu texto a uma detida e minuciosa análise exegética. Primeiro o indicia ao (re)conhecer na fórmula empregue pelo historiador florentino (... *uulgaribus fabulosisque opinionibus reiectis, quam verissimam puto notitiam tradere*) ecos induzidos pelas (análogas) declarações firmadas pelo ateniense no seu assim dito “modelar” capítulo “metodológico”.⁸ A seguir, aproxima dos *semeia* tucidideanos o emprego de “testes” e de “índices” com que Bruni reconfigura analiticamente o relato que Tito Lívio dera da “colonização itálica da região entre os dois mares”, a compor outra prova de que Tucídides é mesmo seu modelo metodológico.⁹ E ainda outra vez, quando Klee aponta para a (eventual) forte interferência do método tucidideano na apreciação com que Bruni contesta a tradição lendária, transmitida por Villani, que atribuía a refundação de Florença a Carlos Magno, arrazada desde a incursão do rei godo Totila: fora Tucídides quem, originariamente, tramara tais modos de argumentação crítica, pela qual se articulam *indiciamento* por testemunho de subsistente realidade histórica de

6. Assim já apontado no *Miroir d'Hérodote*, de 1980: *Thucydide, pour qui seule l'histoire contemporaine est faisable va, de manière paradoxale, être promu au tout premier rang des historiens de l'Antiquité (au XIXe siècle), par des hommes, pour qui l'histoire ne peut se faire qu'au passé: Thucydide historien du présent devient un modèle pour des gens, les historiens "positivistes," qui, par l'histoire, entendent l'histoire du passé* (1980: p. 276).

7. *Beiträge zur Thukydides-rezeption während des 15. und 16. Jahrhunderts in Italien und Deutschland*. Frankfurt am Main/ Bern/ New York/ Paris: Peter Lang, 1990.

8. ... *der Hinweis "uulgaribus fabulosisque opinionibus reiectis". Wenn man nach einem antiken Vorbild für die systematische Ausgrenzung aller sagenhaften Elemente sucht, kann die Antwort tatsächlich nur lauten: Thukydides, I 21, 1 und 22, 4* (Klee, 1990: p. 38).

9. *Diese bei Livius nicht vorgebildet Angabe von Anzeichen ("indices") für jene Ereignisse zeigt, dass Bruni solche Termini äusserst bewusst und methodisch anwendet. Wo aber in der antiken Literatur, von der er so offensichtlich in jeder Beziehung abhängig ist, konnte er methodische Geschichtsforschung mit Hilfe von Zeugnissen vorfinden – ausser bei Thukydides?* (Klee, 1990: p. 43)

ordem material com arrazoamento por verossimilhança ou plausibilidade factual (*eikós*).¹⁰

Daí a conclusão a que chega Klee: “Considerando retrospectivamente ao final do I livro das *Historiae* pelo que viemos de analisar, o resultado é surpreendente: pode-se comprovar que Bruni orientava-se em alto grau - tanto em pequenos detalhamentos quanto em grandes enquadramentos, fosse quanto ao conteúdo fosse quanto também formalmente - pela escrita da história tucidideana assim evidentemente conscientizada em sua exemplaridade”.¹¹

De Tucídides a Bruni, perpassa então, ao que sustentam as análises de Udo Klee, da Antigüidade para o mundo moderno, o mesmo método fundante da escrita da história, tanto mais que o florentino o toma do ateniense.

E, todavia, ao tramar sua construção argumentativa, Klee acusa estar ciente da particular aporia que intriga a apreciação da questão do “método” em Tucídides, assim por ele acusada em referência feita às ponderações de Ricardo Fubini que diziam da incidência do “paradigma indiciário” apenas no âmbito da “Arqueologia”. ao passo que o corpo mesmo de sua narrativa apresenta teor propriamente “analístico”.¹²

A superar (ou contornar) o impasse, Klee se vale do que asseveram outros críticos¹³ apontando no sentido contrário, os quais referendam antes a tese da homogeneidade metodológica da obra tucidideana. Pelo respaldo então assegurado dos dizeres da crítica (alternativa), Klee conjuga em sua análise da filiação tucidideana de Bruni mais outra identificação de afinidade historiográfica, agora por similares desígnios que catalisa(ria)m o (assim dito) “livro introdutório” da História de ambos, com o primeiro de Bruni particularmente correspondendo à “Arqueologia” de Tucídides: desempenho de antecipação expositiva do “método de padrão racional” que fora adotado. Então, o procedimento de depuração da veracidade histórica que opera pelo

10. *Die Widerlegung wird in der gängigen Literatur als ein Paradestück der neuen historischen Kritik gewürdigt. Es hat aber noch niemand danach gefragt, woher Bruni eventuell eine Anregung für diese aussergewöhnliche Argumentation aufgrund von allgemeinen Vermutungen kombiniert mit Realien haben könnte. Auch ich möchte nicht behaupten, ein eindeutiges Vorbild angeben zu können. sehe aber gerade für diese Kombination eine bedenkswerte Parallele bei Thukydides: gemeint ist der Exkurs über die Tyrannenmörder VI 54-59, besonders Kapitel 55 (Klee, 1990: p. 47).*

11. *Blickt man am Ende des ersten Buches der “Historiae” auf die gegebenen Analysen zurück, so ist das Ergebnis überraschend: es liess sich nachweisen, dass Bruni sich in hohen Masse, sowohl in kleinen Details wie im grossen Rahmen, sowohl inhaltlich als auch formal an der offensichtlich als exemplarisch empfundenen Geschichtsschreibung des Thukydides orientierte (Klee, 1990: p. 48).*

12. *Das Problem des Zusammenhanges von “Archäologie” und “eigentlicher Erzählung” wurde bereits bei der Besprechung von Fubinis diesbezüglicher Hypothese erwähnt. Fubini bestimmt dort die methodische Verschiedenheit der beiden Teile dahingehend, dass in Thukydides’ Archäologie die weit zurückliegenden Überlieferungen einer kritischen Prüfung unterworfen würden, während der Rest des Werkes bestimmt sei durch die vera e propria trattazione annalistica (Klee, 1990: p. 39).*

13. Klee cita expressamente o estudo de E. Täubler de 1927: “Die Archäologie des Thukydides” (Klee, 1990: p. 39-40).

“paradigma indiciário”, cuja incidência assim é feita transitar da seção inaugural para a totalidade da narrativa, consubstancia(ria) a correlata definição de método pelo que Bruni tomasse Tucídides por modelo.

A percepção de Tucídides pelo crítico moderno é assim projetada sobre o texto tucídideano integrando a hermenêutica de seu sentido a nele (re)conhecer a (moderna) racionalidade historiográfica. Pela trama dessa intriga argumentativa de Klee, (re)valida-se a tese tautologicamente também no sentido inverso, passando-a de Tucídides para o mundo moderno, em Bruni, como se esse olhasse e percebesse a história de Tucídides pela (cons)ciência epistemológica de (qual?) crítico tucídideano do XX.

Pelos dizeres da reflexão contemporânea se situa, então, a (in)decisão respeitante à incidência da “questão do método”, particularmente entendido seu equacionamento em termos da operação de *indiciamento crítico*, que, originariamente apresentada por Tucídides,¹⁴ constituiria a origem de sua herança e resgate na modernidade.

Do alcance, contra os limites, porque se aprecia a operação investigativa de indiciamento na descoberta da verdade dos acontecimentos, dizem Sófocles no *Ájax*, mitificando-a em figuração odisséica e, similarmente, Tucídides na *Guerra dos Peloponésios e Arenienses*, historiando-a ao acertar o fato da tirania de Hípias em Atenas.¹⁵

ODISSÉICA¹⁶

Quando os aqueus despertaram daquela noite para mais outro dia de renovados combates no plano de Tróia, depararam espetáculo catastrófico: todo o restante rebanho, butim acumulado de reiteradas incursões de saques e pilhagens por longos dez anos, fora destroçado; junto, também vítimas do massacre, os guardas mortos. Os modos do abate cruento indiciavam ação humana, não ataque exterminador de feras vorazes.¹⁷ Misterioso acontecimento: no furtivo da noite, oculto por suas trevas, alguém exterminara rebanhos e

14 Os modos por que refletimos essa questão encontram-se expostos primeiro no ensaio “The Rhetoric of Method” publicado na *The Ancient History Bulletin* (Pires, 1998a), também publicado em português na *Revista de História* (Pires, 1998b) e incluído na coletânea de *Mithistória* (Pires, 1999); e, a seguir, desdobrados quer no ensaio “Tucídides: a Retórica do Método, a Figura de Autoridade e os Desvios da Memória” incluído, em sua primeira versão, in *Memória e (Res)sentimento* (Bresciani e Naxara, 2001), depois ampliado em artigo também publicado na *The Ancient History Bulletin* (Pires, 2003b), quer no artigo “O Porto de Pilos e a baía de Navarino, Tucídides e o coronel Leake: *akribeia* antiga mais crítica moderna e as temporalidades da história tucídideana”, publicado em *Phaos* (Pires, 2003a).

15 Várias das questões e temas abordados neste ensaio perpassam as análises com que já Francisco Marshall explorou em sua obra *Édipo Tirano. A Tragédia do Saber*, especialmente o capítulo “Investigar a Verdade” (cap. V, p. 169-220).

16 O texto aqui reproduzido compõe parte do ensaio publicado em *Mithistória*, “Ájax, Atena e os (des)caminhos da *métis*” (Pires, 1999: p. 59-66).

17 Kamerbeek, 1963, p.24, nota ao v. 8.

guardas, deixando evidências do crime perpetrado, porém eliminando suas únicas testemunhas oculares.

Então, uma suspeita, imediata e consensual entre os aqueus todos, a aventar o malfeitor: Ájax, a quem atribuem o ato criminoso (v. 28). Supostamente, intrigante seqüela do Juízo das Armas, alguma desfeita estapafúrdia à sua desdita recente, preterido que fora pelos aqueus na contemplação da honra da herança heróica de Aquiles.

E suspeita logo alimentada por um testemunho: alguém afirmava ter avistado Ájax, sozinho, a saltar pelo prado, transitando, pois, suspeitamente pelo local do crime, espada recém-aspersa (em sangue) (v. 29-31). Mas, testemunho que, embora de valor inculpatório, ainda frágil, insuficiente enquanto prova, pois testemunho apenas indireto, compondo simples ato declarativo de suspeita, sem implicar necessariamente Ájax como o executante daquele preciso ato de massacre.

Então, a determinação heróica de Odisseu, movida pelo antagonismo que agora o opunha a este seu ferrenho inimigo, levou-o à iniciativa de realizar mais outro feito: encarregou-se do penoso trabalho da investigação daquele misterioso crime (v. 1-2; 18-20; 24). Tencionava apreender a verdade do ocorrido, dissipando a nebulosidade que turvava sua compreensão e esclarecimento. Almejava alcançar um conhecimento certo do fato, transparente em sua visão do ocorrido, que superasse aquela insegura errança cognitiva das suspeitas ainda incertas, conformando verdades apenas hipotéticas (v. 21-4). Porém, feito investigatório de apuração da verdade singularmente dificultado, pois crime obscuro, de visão opaca, já que envolto por trevas de realização noturna e sem deixar testemunhos de olhos humanos que, justamente por tê-lo presenciado, pudessem relatar o ocorrido, bem o esclarecendo.

Assim, pôs-se à caça investigatória daquele seu inimigo.

Partiu dos vestígios deixados manifestos pelo ato perpetrado: impressões de pegadas no chão apontavam uma pista investigadora. Perícia nessa arte do rastreamento de um percurso de busca igualmente assinala uma excelência odisséica: compondo, como cadela lacônia (princípio híbrido de fero canino e manchas de raposa),¹⁸ os recursos apropriados de discernimento perseguidor mais acuidade astuciosa, o herói pôs-se a segui-las, perfazendo sua trilha. Assim reconstituiu o itinerário da ação perpetrada, e examinando os aspectos de sua efetividade impressora avaliou a atualidade de pegadas recentes. Então descobriu itinerário inconfundível, conclusivamente certo de um só possível agente, Ájax, pois caminho finalizado por um único e singular alcance mais longínquo, atingindo o ponto extremo do acampamento das naus, precisamente onde aquele herói posicionara sua tenda pessoal (v. 3-7). Itinerário, então, que indicia a suspeita presença de Ájax na tenda e, portanto, enseja vincular as condições desse seu estado lá presente com as circunstâncias da ação última atualizada no princípio do percurso, de que elas seriam, pois, seus resultados conseqüentes

18. Kamerbeek, 1963, p. 20, nota ao v. 8.

(v. 1-7). Mas, ainda e novamente, conhecimento impreciso, eivado de limitações, compondo tanto certezas quanto confusões, pois exame inconclusivo das pegadas, umas reconhecíveis, outras não, elidindo a plena e clara identificação de seu agente causador (v. 31-3).

Odisseu, em furtiva espreita, já se dispõe então a espionar o interior da tenda.

Justamente nesse momento Atena intervém, detendo a ação investigatória do herói.

Intervenção que situa o limiar delimitador dos alcances precípuos do conhecimento desse fato, assim operacionalizado pelo procedimento de indiciamentos: o humano operado pela investigação de Odisseu, e o divino revelado pela ciência de Atena.

Pelo conhecimento humano excelentemente obrado pela investigação odisséica, a identificação de Ajax como o criminoso é praticamente segura. Aquela iminente visão do interior da tenda desse herói lhe ensejaria certificar-se de suas suspeitas iniciais, bem as corroborando, pois lá dentro se encontrava recolhido o herói, associado a tantos efeitos assinaladores do ato criminoso: homem com suor a gotejar do rosto e (sangue) das mãos assassinas, e barraca que era só espetáculo de cruenta carnificina, executada contra rebanhos de bois e ovelhas, todos já jugulados ou despedaçados, menos um animal, infortunado carneiro, ainda preso à coluna da tenda, mas já supliciado por vergastamentos de açoites a aguardar ainda mais torturas até o suplício final (v. 9-10; 63-5; 219-21; 235-44). Então, fim de uma obra investigativa de ato criminoso que indicia seu agente perpetrante, pois gotejamento de suores e aspersões de cruores animais assim circunstanciados a tantos corpos das vítimas, fundam conjecturas retrospectivas de uma singular ação assassina de rebanhos.

A soma de todos os indícios incriminatórios aponta a culpabilidade de Ajax. Tudo levava a crer que fora mesmo Ajax quem massacrara os rebanhos! O conhecimento humano desse fato, assim alcançado pela arte da investigação odisséica, percorre a via de apreensão de uma justa verdade factual.

Todavia, nesse êxito se detém todo o alcance da obra humana de apreensão da verdade do fato ocorrido, demarcando, pois, o seu fim enquanto êxito apenas parcial, limitado. Duas ordens de razões assim a delimitam.

Primeiro, essa obra investigadora, que infere conclusivamente ter sido Ajax quem cometera o crime, não pode, mesmo e apesar de estar bem fundada em razões de evidências comprobatórias, prover o conhecimento de uma certeza absoluta: ela, de fato, compõe conjecturas, que embora altamente plausíveis, referem verdades, entretanto, apenas hipotéticas. Não pode proclamar ter alcançado a luminosidade transparente da certeza absoluta desta sua verdade. Pois, pelos humanos, este conhecimento de certeza plenamente verdadeira, enquanto percepção de clarividência transparente do fato mesmo, viabiliza-se apenas quando e porque derivada através da realidade cognitiva de seu presenciamento (isto é: saber o ocorrido por ter presenciado sua manifestação fenomênica, por ter estado presente à sua ocorrência). Clarividência cognitiva,

então, neste caso inviabilizada dada a morte dos guardas, suas únicas testemunhas humanas oculares.

Mas, não é essa limitação a mais significativa e relevante, já que, quanto a apreender quem fosse o criminoso - Ájax -, tal obra humana de investigação indiciadora positiva conforma, de fato, uma via sucedânea de conhecimento da verdade desse aspecto de realidade do fato ocorrido. Só que, uma vez alcançada essa verdade - Ájax é o criminoso autor do massacre dos rebanhos -, o que mais, a partir dela, se poderia saber por essa rede de inferências indiciadas? Assim, que razões e motivos o criminoso tinha, pode-se ainda suspeitar circunstancialmente: é quase certo que se trate de alguma desfeita, ou mesmo vingança furiosa, daquele herói, em revolta indignada contra o resultado do Juízo das Armas de Aquiles. Suspeita que, aliás, todos os gregos desde logo aventaram. Ora, mas por que, assim furioso, ele voltara sua sanha precisamente contra os rebanhos? Poderia haver algum sentido nesse ato a transcender o meró transtorno de comportamento causado por uma mente insana? Ou, antes, pelo contrário, apenas agira pelo despropósito e falta de razão mesma que define a loucura, esse extravasamento de atos quaisquer da demência extraviada? Aqui, a possibilidade da obra humana de conhecimento pleno da verdade desse fato detém todo seu alcance, pois, a partir daqui suas conjecturas extraviam-se, perdem-se nas trevas mesmas projetadas pela loucura que já perdera e desencaminhara o próprio Ájax ao perpetrar seu ato criminoso sob a ação do ludíbrio de Atena!

Mas, no limite onde termina o alcance da obra cognitiva humana, avança a revelação da palavra divina da ciência de Atena, que justamente, pelo contrário, o plenifica. Assim, imediatamente antes de Odisseu consumir aquela sua visão espreitadora do criminoso recolhido no interior de sua tenda, exatamente então, intervém a emissão da palavra de Atena que encerra a ação cognitiva do herói em sua observação perscrutante. De imediato o favor do concurso da revelação dessa palavra divina antecipa a realidade fenomênica que aquela visão espreitante do herói também alcançaria se fosse efetivada: Atena declara a Odisseu que, lá dentro da tenda, encontra-se mesmo o homem por ele procurado, faces gotejantes de suor e mãos apunhaladoras (v. 9-11). E, a seguir, Atena proclama o princípio de uma palavra divina que, então, encerra o *érgon* do exame cognitivo empreendido pelo sujeito humano (v. 11-3):

“E tu espiares para dentro desta porta
já não é mister, mas sim relatares por que
tal afã tens, para que de mim, que sei, aprendas”.¹⁹

Assim, a ação sucedânea da ciência da deusa finaliza, portanto, o conhecimento apreendido pela ação cognitiva do herói. É pelo concurso da ação da ciência divina de Atena, então principiado a favorecer o encargo heróico de Odisseu, que se superam tais limites da cognição humana.

19. Tradução de Flávio Ribeiro de Oliveira (1994).

As revelações assim propiciadas pela deusa agora cientificam o herói, Odisseu, de todo o ocorrido, contando sua história. O que ele, corroborando-a por indícios assinaladores, conjecturava como suspeita, mas sem ter certeza absoluta, agora é asseverado como fato mesmo: sim, são de Ajax aqueles atos assassinos (v. 39). A causa que o mobilizara a perpetrar feito assim insensato também se confirma: propósitos de furor rancoroso consequente ao Juízo das Armas (v. 41). Então, e agora compondo já revelações insuspeitadas pelos argivos todos, e que mesmo a arte investigativa de Odisseu não indiciaria: ato que não comportava propriamente o extravasamento despropositado da demência furiosa, mas sim o projeto de uma causalidade precípua, que comportava a razão de uma finalidade maior, pois aquele crime não finalizava o massacre dos rebanhos mesmos, mas sim visava antes ao extermínio dos chefes aqueus.²⁰

Assim, é pelas revelações da palavra de Atena, que o fato fica plenamente relatado por todas as tramas e modos de sua efetivação dolosa e de sua proposição criminosa, ainda esclarecidos, a seguir, os desvios de seu intento fracassado: fora ela, Atena, que transtornara a percepção do herói, fazendo-o confundir rebanhos por homens, desviando-o do justo alvo de seus propósitos assassinos (v. 45-65).

Agora é Odisseu plenamente inteirado do fato, apreendido seu conhecimento cristalino graças às revelações da ciência (da história) de Atena, que aprofundam a percepção da razão vingativa daquele crime, revelando inclusive sua hostilidade traidora contra a própria comunidade aquéia. E só assim dissipam-se as trevas que a (in)compreensão da realidade da loucura de Ajax turvavam e perdiam a visão humana da verdade última daquele fato.

Então, como ato final de consecução da transmissão dessa verdade da ciência divina a plenificar o conhecimento humano alcançado pelo herói, Atena declara (v. 66-7):

“Mostrarei também a ti, manifesta, essa doença,
para que a vejas e proclames a todos os argivos”.²¹

Atena dispõe-se, agora, a produzir uma manifestação fenomênica que viabilizaria, para Odisseu, uma sucedânea visão humana (com)provadora da verdade daquele fato revelado por sua palavra divina, a demência de Ajax, em sua plena consumação final. Logo declara o fim a que essa visão pretende: o herói, assim cientificado da verdade daquele fato, poderia, então, proclamá-la à comunidade aquéia. Com o que esta, já historiada publicamente a realidade informativa do acontecimento, poderia, por sua vez, então reunida em

20. *Ajax*, v. 42-5. Já G. Méautis (1957: p. 24) chamou a atenção para este ponto. Também Knox (1979: p. 129, nota 29; p. 131) adverte para este fato; entretanto, ambigualmente (des)valoriza seu comentário, ao aqui enfatizar sua relevância por uma consideração cuja assertiva comporta valor antes tautológico, pois apenas declara a importância *dramática* do mesmo.

21. Tradução de Flávio Ribeiro de Oliveira (1994).

assembléia, melhor deliberar sua decisão a esse respeito (v. 719-34; 749-83). Assim, encerrar-se-ia, plenificados seus fins, a missão desse novo e específico encargo heróico encetado por Odisseu: descobrir a verdade atinente ao massacre dos rebanhos.

E, a instruir Odisseu, Atena antecipa-lhe quais são os modos imperativos dele então reclamados para presenciar o defrontamento de Ajax. Primeiro, que o herói bem a ele se disponha, não se negue, antes mantenha sua presença por firme confiança. E mais bem tranquilizando-o, adverte-o a que não sinta ameaça à sua pessoa, receando desgraça por sua presença diante de Ajax. Pois, afirma a deusa, a realidade da percepção de sua presença por Ajax será por ela neutralizada, ao desviar do olhar deste a visão da figura odisséica. Assim, que o herói não tema e, pois, não recue.²²

De imediato, então, a deusa põe-se a chamar a presença de Ajax para fora da tenda, diante das barracas, ali mesmo onde já se encontra Odisseu, para com este defrontá-lo.

Todavia, então ocorre um impasse: eis que Odisseu se nega a participar do defrontamento!

Uma intriga é assim encenada, pois o que Atena propõe - defrontar Ajax perante Odisseu -, é justamente ao que Odisseu, entretanto, se indispõe: o herói obstinadamente se recusa ao defrontamento. E, ainda, são justamente os modos contrários aos dele reclamados por Atena que o herói atualiza como reação ao defrontamento: recua, receia, teme desgraça!

Pelo contrário, à precipitação dessa via o herói, em ação consoante com a excelência de solerte prudência que o distingue superiormente, opõe contenções de acautelamento. Logo declara que de forma alguma irá se submeter a ele. E, assim, sua recusa obsta, inviabiliza a iniciativa da deusa (v. 74).

Para dissuadir o herói desta sua atitude renitente, Atena recorre então a uma estratégia argumentativa que percorre vários passos sucessivos de dissuasão. Primeiro, compõe uma provocação insinuadora de suspeitas vergonhosas, que aventam como instância determinante da recusa de Odisseu uma falha de seu caráter: vergonhosa covardia, indigna de um ser heróico (v. 75).

Odisseu afiança-lhe que não se trata de covardia, mas ainda assim persevera a recusa (v. 76).

Então, insiste Atena, se não há covardia subjetiva a ancorar de princípio tal recusa, mesmo assim há temor objetivo, conseqüente às circunstâncias do fato, pois denuncia alguém receoso do que possa acontecer. Mas, objetivamente considerado o defrontamento em suas circunstâncias contextuais, por que temer defrontar Ajax? Ele é, agora como antes, apenas um homem (v. 77)!

Sim, retruca Odisseu, apenas um homem, antes e agora. Mas, de imediato, bem qualifica quem é esse homem: ainda seu inimigo (v. 78). Ambígua declaração! Por um lado, concorda com, e mais reforça, o argumento de Atena:

22. *Confiante fica, e não como uma desgraça recebas o homem: pois, desviado, eu impedirei que o brilho de seus olhos veja tua figura (Ajax, v. 68-70, tradução de Flávio Ribeiro de Oliveira).*

por ser apenas um homem, não é Ajax para ser temido por Odisseu, tanto que não o temia nem antes, mesmo já então sendo seu inimigo. Isso não mudou: seu inimigo tanto antes quanto agora, não é por isso que agora o tema. Mas, por outro lado, declaração que também de Atena discorda: justamente porque ele é ainda seu inimigo, prolonga-se, como situação ainda não superada, uma potencial hostilidade a envolver aquele defrontamento. Assim, pode Odisseu aventar ainda algum temor por outra razão fundamentadora, algo que justamente tenha mudado, uma realidade nova, em vista do que ele ancora a perseverança de sua recusa.

Mas Atena, rápido, investe agora nova réplica persuasiva, tentando apanhar em falso a argumentação do herói pela brecha nela descortinada: se Ajax é o inimigo de Odisseu, eis mesmo a razão, não para evitar o confronto com ele, mas, pelo contrário, justamente ainda outra vez querer vê-lo, pois, já o tendo vencido, boa oportunidade de consumir até o fim sua vitória, completando-a pelo prazer de selar o vilipêndio desonroso contra o inimigo derrotado. Não é, então, o riso mais doce o rir dos inimigos?²³

Mas Odisseu, de renitente cautela, não se deixa apanhar pela sedução desse prazer. Ainda temeroso do confronto, cujos receios até agora as declarações de Atena não dissiparam, o herói diz que se contenta antes por não gozá-lo, prefere apenas evitar o defrontamento. Insiste e persiste em que Ajax fique mesmo na barraca (v. 80)!

Diante da consistente e resoluta determinação da recusa de Odisseu, incontornável pelas vias sinuosas da persuasão discursiva da deusa que não dissiparam as nuvens de seu temor que o acautelava contra o defrontamento, Atena concede-lhe a admissão da razão que funda e justifica essa resistência do herói: é a demência de Ajax o objeto de seus receios, a recomendar-lhe evitar deparar-se com aquele inimigo em tal estado de insanidade (v. 81-2). Pois, essa é a mudança, a realidade nova: tem-se ainda um homem, ainda Ajax, ainda inimigo de Odisseu, mas agora louco. E qual loucura? Um Ajax tomado por essa singular mania furiosa de massacrar chefes argivos, a assim desafogar, vingativo, todo o ódio rancoroso que lhes votava, especialmente aos Atridas e a Odisseu, principais causadores de sua desonrosa privação das armas de Aquiles! Então, da parte de Odisseu, justa cautela de homem prudente, pois a que risco o induzia a via do defrontamento com Ajax, o insano inimigo, proposta por Atena? Deparar-se, frente a frente, com tal inimigo agora tomado por essa

23. *Ajax*, v. 79. A interrogação posta por Atena a Odisseu - *Então, o riso mais doce não é rir do inimigo?* - vale, assim, como expediente de argumentação persuasiva bem circunstanciada e determinada por um contexto específico de significação e alcance, atrelada mesmo à réplica do herói imediatamente antecedente. Ela não foi, portanto, formulada como se fosse uma declaração de princípio positivo asseverado pela deusa, no sentido de que ela, assim, partilharia, e ainda autorizaria, esse modo de conduta heróica. Pelo contrário, o princípio que, depois ao final da cena com Ajax, Atena expressamente consagra é bem o inverso, a negação desse princípio heróico (v. 126-132). A argumentação de Atena, enquanto expediente de dissuasão retórica, vale, então, positivamente tanto quanto vale seu arrazoado anterior: afirmaria mesmo a deusa que Odisseu é covarde?

singular mania assassina! É isso que a proposta de Atena enseja-lhe acontecer: Odisseu, o chefe argivo mais odiado por Ájax, postar-se, assim, diante do louco homicida! E, agora, não se trata mais, como na noite anterior, da ilusão ludibriadora de tomar gado por homem, pois é Odisseu mesmo que ele terá ao alcance de suas mãos assassinas!

Não é, pois, a toa que Odisseu recuse a solução dessa via por que Atena intenta propiciar-lhe a comprovação cognitiva da verdade que finaliza sua missão heróica. Assim, o herói, renitentemente desconfiado, situa ainda o impasse, a enterrar a ação do concurso da deusa que o favorece.²⁴

Atena, então, reconhecendo a justeza de tal temor, procura tranquilizar o herói, afirmando-lhe que não precisa assim temer, pois Ájax não o verá, mesmo estando perto (v. 83). Enigmática, incompreensível, e ainda, para o bem prudente Odisseu, suspeita garantia, pois, acautela-se o sempre desconfiado herói: sim, o homem está louco, mas não está cego! (v. 84) Como, então, Ájax não o verá?

Assim, pelo entrelaçamento da trama conseqüente do diálogo da ciência e do poder de Atena com a cautela prudente e solertemente desconfiada de Odisseu, conforma-se a solução que, superando as aporias do impasse circunstancial, plenamente viabiliza o favorecimento do concurso divino ao herói: Atena obscurecerá as pálpebras de Ájax, ainda que dotadas de visão (v. 85)!

De fato, proclama Odisseu, os deuses tudo podem, até mesmo realizar o (humanamente) impossível (v. 86). Tal, assim, uma visão que não vê e, pois, uma presença oculta! O que bem desfaz o impasse. Pois, a obtenção por Odisseu da prova clara, manifesta, da singular demência consumada pelo agir de Ájax, que então a proclamaria por todos os argivos, bem arquitetada pelo

24. Os comentaristas modernos, a aventarem as razões de Odisseu em sua recusa a defrontar-se com Ájax, parecem compor uma argumentação hermenêutica de operação teleológica, pela qual projetam para o momento próprio em que essa recusa é atualizada - o princípio da cena do confronto - o sentido, entretanto, só plenamente efetivado por seu término e fim. Dão, pois, a elevada consciência odisséica da fragilidade da condição humana, e sua condizente piedade pela sorte adversa de Ájax - como a razão de ser firmadora de sua recusa em espezinhar aquele seu adversário, como fora então propugnado por Atena [confirmam-se, por exemplo, as considerações de Knox (1979: p. 130), e de Meier, (1991: p. 231)]. Mas, quando Odisseu se recusa a participar do confronto com Ájax, antecedendo ao ato de exposição desse seu inimigo, ele não declara já que assim não o faz porque dele sinta piedade; pelo contrário, ele sente piedade de Ájax justamente depois da exposição, e precisamente porque presenciou o extravio da loucura e a miserabilidade do estado a que aquele herói, outrora tão grandioso, fora reduzido, a bem tirar daí a lição conseqüente a essa contemplação: a fragilidade da condição humana manifesta pela ruína de Ájax, mas que, por ser também genericamente a dele mesmo, suscita sua compaixão. Então, Odisseu se apieda de Ájax porque contemplou sua ruína, e não se negou a contemplar sua ruína porque se apieda dele. De modo que o preceito então por sua conduta assim consubstanciado, de não espezinhar e vilipendiar triunfante a desonra do adversário vencido, constitui, não o princípio consoante à sua recusa, mas sim o resultado final de sapiência resultante da experiência a ele propiciada por Atena, fazendo conjugar ao princípio de prudência solerte do herói as instruções que sua ciência divina enseja. Para entendermos a recusa inicial de Odisseu bastam, pois, as razões por ele mesmo declaradas: os justos receios de expor-se aos extravios homicidas do inimigo ensandecido!

favorecimento divino de Atena ao herói, supõe, como sua condição efetivadora, o defrontar-se de Odisseu com Ajax, para que assim ele testemunhe essa manifestação; mas, supõe também, por implicação necessária de realidade da condição humana, a presença de Odisseu diante de Ajax, cuja detecção por este é, entretanto, a situação que Odisseu acima de tudo pretende evitar. Daí a solução divina: uma visão (por Ajax) que não vê (Odisseu) e, portanto, uma presença (de Odisseu) que presencia (Ajax), sem, todavia, ser ela mesma presenciada (por Ajax).

Agora, então, Odisseu acede à solicitação de Atena, prestando-se ao defrontamento com Ajax. Mas mesmo assim, quando não têm mais razões de temor para recusar o defrontamento, ainda então a prudência sempre alerta de Odisseu ainda lhe preceitua proclamar certa indisposição: declara que o faz e aceita, não porque seja do seu querer, seu desejo de fazê-lo; pelo contrário, se a decisão coubesse apenas ao seu querer, *gostaria de me encontrar longe daqui*, diz ele. O espetáculo que, pois, irá presenciar, não atende aos reclamos do seu melhor agrado, nem tampouco de sua mais precípua inclinação. Estes ânimos antes o indispõem a defrontar-se com seu inimigo louco.

Assim é superado o impasse porque Odisseu obstava a realização do defrontamento. E, assim, a deusa instruiu a consecução da confiança do herói, por aquela mesma via de solução que ela, Atena, desde o início, já antecipadamente lhe declarara:

“Confiante fica, e não como uma desgraça recebas
o homem: pois, desviado, eu impedirei que
o brilho de seus olhos veja tua figura”.²⁵

Agora, livrada a via do defrontamento de Ajax perante Odisseu, o favor da deusa propicia a este a prova finalizadora daquela sua obra heróica de investigação do crime cometido por Ajax.

A deusa, identificando-se arditosamente como *sua aliada*, de modo a evocar-lhe exultante gratidão pelo pretense favor de sua assistência na consecução do empreendimento daquela noite, instiga o herói a relembrar todos os desígnios dos atos por ele então perpetrados, contando sua história. Ele, inflado de orgulho por seu feito supostamente exitoso, proclama regozijante como massacrara a argiva tropa, como também eliminara os dois Atridas, e como, ainda, aprisionara Odisseu, arrastando-o para a tenda a fim de lá suplicia-lo até à morte (v. 89-113). E, assim, insciente da presença de Odisseu, tudo revela e, pois, tudo então confessa.

Pela obra, portanto, da *métis* de Atena, ao ludibriadoramente inquirir Ajax sobre os modos e as intenções de seu recente feito noturno, conforma-se em ato como que a acareação do criminoso, e é Ajax, assim enganado, levado

25. *Ájax*, v. 68-70 (tradução de Flávio Ribeiro de Oliveira). Do verso 66 ao 89 conforma-se uma estrutura narrativa de composição em anel, de modo que os versos 89-90 retomam precisamente o ponto da ação posto pelos versos 71-3.

a produzir plena e cabal confissão de culpa pelo crime cometido. E consecução de fim este justamente consoante com a efetividade própria de operação das manhas da arte astuciosa, pois, como, se não por ludíbrio, obter a revelação de um crime cujo segredo encontra-se totalmente encerrado no espírito do próprio criminoso, único agente humano a agora conhecê-lo? Revelação que, portanto, supõe o paradoxal concurso da cumplicidade de disposição de quem, entretanto, é justamente a ela contrário!

A obtenção humana da prova jurídica do crime, bem efetivada pelo concurso da ciência (da história) e da *métis* de Atena prodigalizadas em favor de Odisseu, agora finaliza plenamente aquela sua singular ação heróica de uma investigação criminal de descoberta da verdade do acontecimento.

PRESENTE E PASSADO

Compondo o fundo *agonístico* porque o historiador, rivalizando quer com *poetas* (Homero) quer com *logógrafos* (Heródoto), proclama para sua história a dignidade distintiva do *ktêma es aeí*, Tucídides estrutura o discurso inaugural de sua obra – *Proêmio* ou *Prólogo* – por uma típica arquitetura retórica, construída por meio de um jogo articulado de figuras, sejam elas ou paralelos ou variações ou antíteses ou quiasmos. No centro da mesma, comandando toda sua argumentação, encontra-se uma concepção de tempo histórico cindido em duas categorias: *presente* e *passado*. Três jogos de tramas antitéticas são assim dispostos em seu texto, de modo a contrapor as distintas configurações de um saber acerca das ações humanas caso elas se reportem mais propriamente a uma dessas duas temporalidades, ou passado ou presente.²⁶

1) As tradições que se reportam aos tempos passados, cuja memória nos foi transmitida pelos poetas e pelos logógrafos, compõem percepções antes opacas dos fatos, na medida em que se obnubilam pela aderência de camadas de formulações míticas, tanto mais densas com o passar do tempo. Por um lado, os poetas embelezam os feitos que eles narram, para assim engrandecê-los e melhor celebrar sua heroicidade. Por outro lado, os logógrafos desviam-se da realidade em razão das concessões feitas aos gostos de seus ouvintes. Por uns e por outros, poetas e logógrafos, a verdade das ações humanas se perde, devido a este pendor que os homens têm pelo grandioso e pelo maravilhoso. As narrativas das tradições antigas propiciam aos homens valores apenas efêmeros: meras fruições fugazes por públicos ocasionais. Um valor, portanto, antes ambíguo, que cessa com a (não) duração mesma de sua manifestação

26. Para as referências detalhadas do argumento que agora passamos a expor resumidamente confira-se nossas análises nos ensaios: O Porto de Pilos e a baía de Navarino. Tucídides e o coronel Leake: *akribeia* antiga mais crítica moderna e as temporalidades da história tucídideana. *Phaos*. Campinas, vol. 3, p. 95-114, 2003; “Metodológico: a questão da verdade”, incluído em *Mithistória* (1999: p. 235-272).

oral. Um valor, pois, que porta em si o estigma da futilidade. O mítico do tempo passado nega o saber humano.

Já o discurso histórico que se detém sobre o tempo presente, cuja memória Tucídides registra por escrito, dispõe, ao contrário, uma percepção clara dos fatos. Esta percepção, justamente porque é apreendida na contemporaneidade mesma dos acontecimentos, pode revelar a verdade sobre os modos das ações humanas. Sua obra é tomada de gravidade austera, pois rejeita os desvios míticos que perdem a razão em a sacrificando em proveito de prazeres outros. Nesta singular obra narrativa tucidideana, o conhecimento das realidades humanas, as verdades de suas ações e feitos, fixa-se de uma vez por todas em um texto. O que lhe confere consoante perenidade de valor cognitivo. A *syggraphé* (tucidideana) do tempo presente consagra o saber humano.

2) A fixação histórica das tradições antigas resulta, diz Tucídides, de um simples procedimento de acolhimento das versões que as transmitem. Processo de memorização imediata, inerente ao próprio movimento de sua transmissão. Memorização consequentemente feita por sujeitos antes negligentes, que ignoram as operações de resolução das aporias que o imperativo da veracidade narrativa supõe e exige. Modos viciosos, pois, de (des)tratar as realidades humanas, já que assim consagra a ignorância e os erros, seja devido a uma postura acomodada, que evita as diligências árduas de um trabalho penoso de descoberta da verdade, seja devido a um espírito contaminado de credulidade infantil, de bom grado exposto às mentiras inoculadas quer pelo maravilhoso, quer pelo grandioso que o mítico das tradições antigas prodigaliza. Via historiante fácil, de percurso leviano, livre de obstáculos e aberta a múltiplos caminhos planos, pelos quais os homens seguem não importa com quais mentiras se deparem, desde que lhes provejam tantos divertimentos ou entretenimentos. Via ordinária de conhecimento, ou antes de ignorância histórica, própria de pessoas comuns, anônimas, indiferenciadas na multidão que compõe a massa dos povos.

Já a narração que registra os acontecimentos do tempo presente, bem ao contrário, envereda por via penosa na medida mesma em que se submete ao imperativo da veracidade. Ela reclama despender esforços ingentes de inteligência investigativa a fim de resolver a aporia cognitiva que lhe é própria, pois: para apreender os fatos unívocos a que aspira o discurso historiográfico, a inteligência investigativa deve enfrentar a dialética dos relatos divergentes respeitantes aos acontecimentos ocorridos dados pelos distintos informantes que os presenciaram. Tal obra cognitiva supõe um indivíduo humano na plenitude de seu espírito intelectual, capaz de poder discernir toda a verdade que é assim (con)fundida por essa dialética informativa. Via difícil, de percurso penoso, por obstáculos e aclives, assim restrito a um só caminho que leva à descoberta da verdade. Via historiante própria de um destino heróico, notável pela *areté* (excelência superlativa) que um nome singulariza: Tucídides de Atenas.

3) O exercício discursivo logicizante (um *lógos*) cuja investigação opera por meio de indícios de prova (o que Carlo Ginsburg²⁷ conceituou por *paradigma indiciário*), bem pode apreender o que de verdade comportem as tradições antigas. Mas, para o fazer, suas conclusões devem ser pontuadas por marcas de enunciação subjetiva por intervenções de um Eu (a pessoa do historiador) judicante, um certo indivíduo humano, um historiador que nos dá a perceber qual é o grau de verdade que tais tradições antigas podem comportar. *Lógos* de narrativa historiadora assim assinalado pela memória permanente da presença discursiva de seu autor.

Já a obra narrativa vinculada ao conhecimento do tempo presente pode, ao contrário, proclamar sua objetividade em termos de uma percepção e saber claro e certo. Ela assim o faz apresentando-se como a narrativa dos fatos mesmos, elidindo a figura de seu autor. *A guerra entre os Peloponésios e os Atenienses*, o objeto mesmo da história tucidideana, equivale a um sujeito ou agente cognitivo, pois assim se exprime Tucídides: "esta guerra revelará..." (I.21.2). A guerra é o sujeito da revelação! Os fatos nela narrados portam em si mesmos sua realidade transparente, assim transcrita por e na narração tucidideana. De modo que toda a obra penosa de arazoamento, da qual resulta a verdade dos fatos apreendidos, pode desaparecer da narração, ficar fora dela, quaisquer que fossem seus (supostos) procedimentos analíticos de descoberta investigativa. História tucidideana, pois, singularmente distinguida pela ocultação do historiador graças à evanescência de sua figura autoral.

Por todo este nexo de significações que estrutura o prólogo tucidideano quando ele encerra suas considerações inaugurais pela proclamação de sua história como *ktêma es aeí*, bem se podem apreciar as expectativas de sua história enquanto modalidade narrativa que compõe um saber excepcional acerca das ações humanas, quer as já efetivadas no passado-presente de Tucídides, quer as vindouras apenas vislumbradas para o porvir da história humana.

INDICIAMENTOS

A dispor o imperativo de *indiciamento* porque o historiador examina a *veracidade* dos acontecimentos memorizados pelas *tradições* acerca dos *tempos passados*, Tucídides coloca em questão o caso das histórias respeitantes ao término da tirania dos Pisistrátidas em Atenas, caso este especialmente relevante, já que revela como a *ignorância*²⁸ acerca do *passado* se cristaliza

27. Carlo Ginzburg (1989).

28. Confirmam-se as análises dedicadas por Hans-Peter Stahl à narrativa tucidideana do episódio de Harmódio e Aristogiton, que nela apreende o sentido por que o historiador articula a "ignorância" histórica e política que domina a passionalidade dos modos de comportamento das massas, aspecto interpretativo este especialmente relevante dado o momento e lugar histórico em que emerge a obra do crítico moderno (Alemanha, 1966): *Emotions excited by an historical falsehood are calmed by an only supposedly clear perception; in other words, the devastating effects of a case of ignorance are here neutralized only by further ignorance* (Stahl, 2003: p. 10).

entre o próprio povo que, em princípio, melhor deveria conhecer suas realidades, *os atenienses!*

Tucídides começa declarando qual fosse a versão corrente acreditada pelo povo em geral:

“Assim, a massa dos atenienses acredita que Hiparco era tirano, quando foi morto por Harmódio e Aristogíton”.²⁹

Foram-nos preservadas estrofes de *Escólias*, ou canções de celebrações festivas de beberagem, que justamente firmavam na *memória popular* a fama dos *tiranicidas de Atenas*, assim implicando o nome de *Hiparco* ao lado do de *Hípias*:

“Com o ramo de mirto a espada porto,
tal como Harmódio e Aristogíton,
quando o tirano mataram
e a isonomia aos atenienses deram.

Caríssimo Harmódio, certamente não morrestes,
e sim, dizem, nas ilhas dos venturosos estás,
lá onde está Aquiles de velozes pés
e, dizem, o nobre Tidida Diomedes.

Com o ramo de mirto a espada porto,
tal como Harmódio e Aristogíton,
quando nas festas de Atenas
o tirano Hiparco mataram.
Sua fama durará para sempre na terra,
caríssimos Harmódio e Aristogíton,
porque eles o tirano mataram
e a isonomia aos atenienses deram”.

As composições acima, que nos foram preservadas graças à coletânea de *Escólias Áticas* compilada por Ateneu, dá apenas formulações alternativas da *Canção de Harmódio*, em conformidade com as possibilidades mesmas de repetições e variações de versos próprias ao modo de récitas em retomadas sucessivas pelo círculo dos celebrantes festivos.³⁰ Assim, na paródia dessas reuniões que Aristófanes compôs nas *Véspas*,³¹ registra-se um verso inaugural desconhecido por nossa versão. Não obstante, o texto aristofânico bem atesta a popularidade da canção em sua época, contemporaneamente a Tucídides.

Pelo que conjecturam os críticos modernos,³² tais canções devem ter sido compostas em época bastante próxima aos acontecimentos mesmos, por fins do séc. VI e inícios do V. Mais ou menos pela mesma época, inícios do segundo

29. Tucídides I.20.2.

30. Taylor (1991: p. 28-29).

31. Aristófanes. *Véspas* 1225-6.

32. Bowra (1961: p. 395); Taylor (1991: p. 22-35).

quarto do séc. V, as representações figurativas nos vasos de cerâmica passam também a retratar o episódio.³³

Um par de estátuas corporificando as imagens dos dois heróis celebrava a memória do feito em Atenas. Antenor as esculpira. Quando do saque de Atenas pela expedição de Xerxes em 480, os persas as levaram consigo como despojos de guerra a desguarnecer o povo vencido da presença protetora de seus “deuses” (antropomorfos), agora cativos no palácio real em Susa a assinalar a subjugação do inimigo vencido. Lá permaneceriam até à época da conquista de Alexandre, providenciando-se então sua restituição a Atenas, não se sabendo ao certo se por iniciativa do próprio Alexandre, como o afirma Arriano, ou se de algum de seus sucessores, talvez Antíoco ou Seleuco. A suprir aquela falta, Atenas, logo após a expulsão dos persas do território helênico, encomendou a dois outros escultores, Critios e Nesiotes, novas estátuas, agora erigidas na Ágora.³⁴ Pausânias³⁵ ainda as contemplou no segundo século de nossa era, quando de sua peregrinação pela Hélade. O que ele então viu podemos apreciar apenas por cópias em mármore de época romana guardadas no Museu de Nápoles.³⁶

Principiava a memorização histórica do feito celebrando a fama de Harmódio e Aristogíton sob aura heróica. Em consonância com esse *status* heróico do ancestral familiar, privilégios e honrarias, tais como refeições no Pritaneu, foram concedidas a seus descendentes.³⁷ Embora se desconheça a data precisa em que foram instituídas, toda uma série de celebrações honoríficas cultuavam, por meados do séc. IV, a memória heróica do feito em Atenas, a principal delas celebrada junto à suposta tumba de ambos no *Cerâmico*, onde prestavam-se honras fúnebres aos dois, com sacrifícios e libações sendo mesmo ofertadas pelo próprio polemarco de Atenas.³⁸

A fama, portanto, da proposição precipuamente política do assassinato de *Hiparco, o tirano*, por Harmódio e Aristogíton, estava bem consolidada na memória histórica do povo ateniense. Pela canção, o feito daqueles heróis liquidara a tirania, instaurando já o reino da *isonomia* para os atenienses.

É contra essa percepção glorificadora dos acontecimentos consagrada pelas tradições populares que Tucídides dirige seu exame crítico alicerçado em operações *indiciadoras* da verdade:

33. Bowra (1961: p. 395); Taylor (1991: p. 109).

34. Taylor (1991: p. xiv; p. 13).

35. Pausânias, *Descrição da Grécia* I.8.5.

36. Taylor (1991: p. 15).

37. As indicações dos dados documentais e sua análise encontram-se no capítulo I (“Athenian Laws and Customs regarding the Tyrannicides. The Institutionalization of the Heroic Ideal”) do livro de Taylor (1991: p. 1-12).

38. Aristóteles, *Constituição de Atenas* LVIII.1. O conjunto todo das indicações e sua análise em Taylor (1991: p. 5-9).

“Assim, a massa dos atenienses acredita que Hiparco era tirano quando foi morto por Harmódio e Aristogiton. Eles não sabem que era Hípias quem, por ser o filho mais velho de Pisístrato, detinha o poder, ao passo que Hiparco e Têssalo eram seus irmãos”.³⁹

As tradições populares, ao que denuncia Tucídides, incorrem em erro: supõem que Hiparco era o tirano de Atenas por ocasião de seu assassinato por Harmódio e Aristogiton, ignorando, pois, o fato de que o tirano era não ele, mas sim Hípias. E logo aponta a razão por que corrige aquele erro: era Hípias quem detinha o poder pelo fato de ser *o filho mais velho de Pisístrato*. Então, baseado nesse fato, e admitindo por seguro como regra usual de herança do poder régio na tirania que define o filho mais velho como sucessor, Tucídides firma na memória histórica o conhecimento da tirania de Hípias em Atenas, contra a memória popular que a associava a Hiparco.

Mas, como pode Tucídides afirmar com tal segurança e certeza esse conhecimento? Em particular, como sabe tal verdade de que Hípias era o filho mais velho de Pisístrato?

Em outra passagem de sua obra, ao narrar as suspeitas, e até mesmo pânico, dos atenienses quanto a uma eventual restauração da tirania na cidade por ocasião da expedição à Sicília, Tucídides expõe mais detalhadamente as razões dessa sua operação indiciadora da verdade:

“De fato, a façanha de Aristogiton e Harmódio foi empreendida por causa de uma situação amorosa, sobre a qual me estenderei por mais tempo a fim de mostrar que nem os demais, e nem mesmo os atenienses, não dizem nada de exato acerca de seus próprios tiranos, e nem acerca do ocorrido. Pois quando da morte de Pisístrato, já velho no exercício da tirania, não foi Hiparco, como acredita a maioria, mas sim Hípias quem, por ser o mais velho, deteve o poder. (...) E que era Hípias quem, por ser o mais velho, governava, eu sustento ciente, com melhor exatidão do que outros, por uma tradição; mas poder-se-ia reconhecê-lo também pelo seguinte. Com efeito, ao que parece, ele foi o único dos irmãos legítimos a ter filhos, como o assinala o altar e a estela respeitante à iniquidade dos tiranos, que foi erigida na Acrópole de Atenas, e na qual não se registram quaisquer filhos nem de Têssalo nem de Hiparco, e sim cinco de Hípias, que ele teve de sua mulher Mirrina, filha de Cálías, filho de Hiperóquides. Com efeito, era plausível que o mais velho casasse primeiro. E, nessa mesma estela, ele aparece inscrito em primeiro lugar após seu pai, e isto não menos inverossimilmente devido ao fato de ele ser o mais velho depois de seu pai e ter exercido a tirania”.⁴⁰

Dois ordens distintas de razões fundamentam a assertiva tucidideana de que Hípias era o filho mais velho de Pisístrato e, portanto, quem de fato detinha a tirania em Atenas após a morte de seu pai. Ao referir a primeira delas, Tucídides apenas alude à circunstância especial de dispor pessoalmente do conhecimento de uma tradição mais bem informada a esse respeito, porque qualificada por maior exatidão. Trata-se, pois, aqui, de um conhecimento antes

39. Tucídides I.20.2.

40. Tucídides VI.54.1-55.4.

de ordem privada, particular, ao qual Tucídides afirma ter excepcionalmente acesso.

Mas há também, prossegue Tucídides, uma outra ordem de razões, agora já de caráter público, pois se tratam de informes de inscrições de monumentos oficiais, plenamente acessíveis em seus locais e disponibilidade pública de conhecimento.

O primeiro monumento é o altar que fora consagrado por Pisístrato, filho de Hípias, em honra de Apolo. Nele, afirma Tucídides, constava a seguinte inscrição:

"Este é o memorial do arcontado de Pisístrato, filho de Hípias, por ele erigido no santuário de Apolo Pítio".⁴¹

O segundo é a estela erigida na Acrópole de Atenas que advertia os cidadãos contra os males da tirania ao lembrar-lhes as *iniquidades* praticadas pelos tiranos na cidade. Tucídides não cita integralmente sua inscrição constituinte, dela apenas referindo os informes que melhor ancoram sua argumentação.

Indiciando tais informes, Tucídides conclui: "Hípias foi o único dos irmãos legítimos a ter filhos". De fato, que Hípias os tivesse, o afirmam expressamente tanto a inscrição do altar quanto a estela, esta mesmo de forma mais completa ao atestar cinco só de seu casamento com Mirrina. E que os demais filhos legítimos de Pisístrato não os tivessem, entende Tucídides estar suposto ainda pela estela, dado que ela não nomeia quaisquer filhos, sejam de Téssalo sejam de Hiparco.

E dessa conclusão, infere outra: portanto, "ele era o mais velho", uma vez que o mais "provável é que o mais velho case primeiro".

E, a reforçar a fundamentação argumentativa de sua tese, Tucídides recolhe outro *indício*: a ordem em que estão dispostos seqüencialmente os nomes dos tiranos naquela mesma estela, primeiro Pisístrato, logo a seguir Hípias, e depois os outros filhos. Ordem que, argumenta Tucídides, supõe a precedência honorífica de Hípias a seus irmãos, dignidade essa que, então, supõe "verossimilmente ser ele o mais velho depois de seu pai, e ter exercido a tirania".

Por tal encadeamento lógico de *indiciamentos* fica implicada uma figura elíptica de raciocínio: os tiranos casam e têm filhos tendo em vista a questão da sucessão régia. Então, quem, dentre os filhos do tirano, casa primeiro e tem filhos, muito provavelmente é o filho mais velho. Assim, tudo se passara na mais perfeita e normal continuidade, com Pisístrato morrendo, já velho, ainda no exercício da tirania, que passou então para Hípias, seu legítimo filho mais velho e herdeiro natural. De modo que a identificação do primogênito implica a determinação do exercício do poder.

41. Tucídides VI.54.7.

Tais *indiciamentos*, entretanto, não terminam a argumentação tucidideana. A eles acrescenta outros, agora de caráter negativo, a demonstrar hipoteticamente por absurdo a insustentabilidade da tese contrária, ou seja, de que fosse mesmo Hiparco quem herdara a tirania de Pisístrato, vindo Hípias, seu irmão mais jovem, a assumi-la só após e com o assassinato daquele. Assim, pondera agora Tucídides:

“E nem mesmo me parece que Hípias jamais pudesse apoderar-se da tirania imediatamente com facilidade, caso fosse Hiparco quem estivesse no poder ao ser morto, e ele próprio nele se instalasse nesse mesmo dia. Pelo contrário, foi devido a modos já anteriormente firmados - o pavor entre os cidadãos, e a disciplina entre os guardas - que ele dominou prevalecendo com ampla segurança, e não enfrentou as dificuldades que teria se fosse o irmão mais jovem; pois, neste caso, não teria, já anteriormente, tido continuidade de relações com o poder. Ocorreu que Hiparco ganhou renome pelo infortúnio sofrido e veio, em seguida, a atrair a fama de tirano”.⁴²

Se, então, Hiparco detivesse a tirania até ser assassinado, e Hípias, portanto, fosse seu irmão mais jovem, tem-se um impasse decorrente: à morte de Hiparco, Hípias teria que tomar o poder em tal contexto de crise. É natural, então, que, nesse caso, não dispondo dos recursos de dominação que o exercício do poder assegura, encontrasse dificuldades para conquistá-lo em uma tal situação de instabilidade. E, entretanto, tal não se deu, pois Hípias “dominou prevalecendo com ampla segurança, e não enfrentando dificuldades”. Ou, pelo contrário, para que não enfrentasse tais dificuldades em um tal momento de gravidade política, teria que contar com uma situação de dominação já consolidada, bem firmada pela eficácia repressora de seus expedientes – “pavor entre os cidadãos e a disciplina da guarda”. Ou seja, teria, então, que já deter a tirania, usufruindo seus modos próprios de firmar o poder. O que, por fim, contraria a suposição inicial: Hípias, o irmão mais jovem, não exercendo a tirania, carente de poder!

Tal tese, portanto, só pode ser contrária à verdadeira, qual seja: é porque já detinha a tirania e consolidara seu poder pessoal, que Hípias prevaleceu com segurança mesmo quando do assassinato de seu irmão, Hiparco, mantendo firmemente o poder.

Se o tirano era, portanto, Hípias, e não Hiparco, o ajuizamento do historiador se depara então com outro impasse: se não por tiranicídio, por que, então, Hiparco foi assassinado? A lembrarmos a fórmula vulgar(izada), o que realmente aconteceu?

AKOË

Para *positivar* o acontecimento que a *metodologia dos indícios* antes dissolvera em criticando a apresentação equivocada que dele era dada, e mais

42. Tucídides VI.55.3-4.

especialmente para apreender os desígnios por que os homens o perpetr(ram), há que dispor de uma *história que o conte*, que diga o que realmente aconteceu, como foi que tudo se passou! Alguém tem, pois, que saber, conhecer essa história, e disponibilizar ao público sua memorização! A autoridade de um dizer se impõe para que a história seja contada.

Assim o faz Tucídides, particularmente privilegiado por dispor de acesso ao conhecimento da “melhor tradição” (oral: *akoé*), aquela que, diz ele, guardou *precisamente* a verdade dos fatos: “E que era Hípias’ quem, por ser o mais velho, governava, eu sustento ciente, com melhor exatidão do que outros, por uma tradição”.

De modo que o procedimento indiciatório de descoberta da verdade do acontecimento retorna e finaliza pelo recurso ao jogo das tradições, a confiar agora em sua autoridade, quando antes a contestara e recusara.

Tucídides, então, (re)conta a *história do acontecimento, acertando a realidade dos fatos*.

Na realidade tudo não passou de um caso amoroso. Acontece que Hiparco interessara-se por Harmódio, um jovem no esplendor de sua beleza, o qual, entretanto, era já amante de Aristogíton. Tentou seduzi-lo uma e mais vezes, mas foi firmemente rechassado pelo jovem, leal a seu compromisso com o primeiro amante, junto a quem chegou mesmo a denunciar as propostas amorosas do novo pretendente, Hiparco.

Hiparco, então, reagiu como amante despeitado, compondo em seu ato falsidade e vingança. Ele não pensava em empregar a violência, como também não queria deixar perceber que seus atos contra Harmódio tivessem por causa uma desfeita pessoal. Assim, a bem dissimulá-la, tramou um modo de ultrajar o jovem. Fez-se uma proclamação oficial convocando a jovem irmã de Harmódio para ser portadora de cesto em uma procissão, mas quando ela se apresentou, despediram-na sumariamente, alegando que nem mesmo a tinham chamado, pois ela não era digna de uma tal honra.

Ora, Harmódio, embora colérico, suportou, mesmo que penosamente, a afronta. Já Aristogíton não conteve seu furor. Assim que foi inteirado das propostas amorosas de Hiparco, o pânico o tomou, entendendo que Hiparco pretendia tirar-lhe o amante pela força. Já então decidido a evitá-lo, dispôs-se a tramar um complô para extinguir a tirania. Agora, acrescida a afronta contra Harmódio, sua ira atingiu o paroxismo.

Tramaram o seguinte. Perpetrariam seu feito no dia da festa das Grandes Panatenéias, quando, por acompanharem a procissão, poderiam os cidadãos reunidos portar suas armas sem despertar maiores suspeitas. Para melhor segurança não compuseram muitos na trama, pois contavam ganhar a aprovação geral apenas tivessem ousado o golpe inicial de matar o tirano, dado que, então, atearia em todos a resolução de cooperarem por sua própria liberdade.

No dia planejado, postaram-se a vigiar os passos de Hípias que se encontrava fora das muralhas, na área do Cerâmico, a ordenar o despacho da procissão. E estavam já na iminência de consumir o golpe, avançando punhais

à mão, quando perceberam um dos conluídos a conversar familiarmente com Hípias, o qual se mostrava sempre acessível a todos. Suspeitando uma delação e já apavorados com a idéia de que logo seriam presos, decidiram pelo menos vingar-se de quem os injuriara e os levava a assim correrem tais riscos. Então precipitaram-se cidade adentro, vindo a encontrar Hiparco próximo ao Leocóron. Cairam sobre ele com furor cego, Aristogíton movido por ódio ciumento, e Harmódio por indignação aviltada.

Na repressão que se seguiu, Harmódio foi morto imediatamente pelos guardas, ao passo que Aristogíton conseguiu fugir por entre a multidão, vindo a ser só posteriormente detido e impiedosamente tratado. Hípias, nem bem inteirado do que se passara na cidade, dirigiu-se de imediato para o local onde os hoplitas se encontravam a participar da procissão e, sem dar nada a perceber, persuadiu-os a deixarem ali as suas armas. Foi assim que ele isolou os demais conjurados, ao identificar quais hoplitas portavam seus punhais, já que o usual era que eles acompanhassem as procissões armados apenas de escudo e lança.

Assim, conclui Tucídides, foi a circunstância ocasional de um sofrimento amoroso recalcado de pavores a causa porque Harmódio e Aristogíton principiaram sua maquinação conspiratória e perpetraram sua irrefletida façanha.⁴³

De modo que, pelo entendimento tecido pela narrativa tucidideana, o feito de Harmódio e Aristogíton fora desencadeado pelas reações passionais de um entrevero amoroso, em que se imbricam paixões, ciúmes, desafetos, desfeitas, ultrajes, vinganças e furores cegos. Episódio antes pleno de compulsões pessoais subjetivas, do que ação comandada por razões de uma política objetiva de princípios adversos à tirania. Os conspiradores e sua vítima, por um lado, agem propriamente como amantes, enquanto os que detêm o poder, por outro lado, não agem propriamente como tiranos. Assim, Hiparco não se vale de sua condição privilegiada para obter a realização de seus desejos empregando a força, modo de ação definidor da tirania. Também Hípias, contrariamente ao modo característico da tirania de permanente suspeição de tramas conspiratórias a manter seus súditos bem afastados da pessoa do tirano, era facilmente acessível a todos, que com ele conversavam familiarmente até o episódio do atentado contra Hiparco.

E a melhor caracterizar o governo dos Pisistrátidas em Atenas como um exercício do poder antes moderado do que opressivo, antes pautado pela legalidade institucional do que pela arbitrariedade da tirania, Tucídides insere em sua narrativa uma rápida digressão a informar como fora o governo dos tiranos em Atenas até aquele momento:

“Entrementes Hiparco, que novamente empreendera seduzir Harmódio, sem em nada persuadi-lo, não desejava cometer nada pela força, e sim empregar algum modo dissimulado, como se se dispusesse a ultrajá-lo não por causa disso. De fato, quanto a seu restante governo, não era em nada opressivo para com a multidão.

43. Tucídides VI.54.1-59.1.

afirmando-se antes de modo irrepreensível, vindo mesmo esses tiranos a praticarem ao máximo a virtude e o tirocínio. Dos atenienses cobravam apenas o vigésimo dos rendimentos, e embelezaram sua cidade magnificamente, sustentaram guerras e aos templos sacrificaram. Quanto ao restante, a cidade valia-se por si mesma das leis anteriormente vigentes, exceção feita apenas ao fato de que eles sempre cuidavam para que um deles ocupasse um dos cargos. Além de outros que exerceram o arcontado anual em Atenas, também o fez Pisístrato, filho do tirano Hípias, e que tinha o nome de seu avô. Foi ele quem, quando de seu arcontado, dedicou o altar dos Doze Deuses na Ágora, e o de Apolo no Pítion”.⁴⁴

Digressão problemática para o melhor entendimento do texto tucidideano. Pois, a que sujeito se refere a frase inicial: “quanto a seu restante governo, não era em nada opressivo para com a multidão?” A supor-se a continuidade de significação implicada pela consideração narrativa imediatamente anterior, o sujeito subentendido seria Hiparco, de quem Tucídides viera de afirmar qual era seu modo de agir, modo que preteriria o recurso ao emprego da força, antes usual entre os tiranos. Mas, então, Tucídides mesmo assim se contradiz(er)ia, pois toda sua argumentação finaliza justamente afirmar o contrário, ou seja, que Hiparco não era o tirano, mas, sim, Hípias, o qual detinha o poder desde a morte de Pisístrato. Já a supor-se que o sujeito subentendido fosse Hípias, evita-se essa contradição textual, mas incorre-se em outra: a anomalia narrativa de que Tucídides, estando a considerar a figura de Hiparco, de repente e abruptamente passasse a discorrer sobre a tirania de Hípias, destacando sua moderação e governo virtuoso, para, assim, bem esclarecer a razão daquele agir de Hiparco, que não se valeu do uso da força!

A superar o inconveniente da contradição textual, a crítica moderna ou propôs o fácil expediente da correção do texto, ou, preservando sua literalidade, explorou vieses de significação, a aliviarem as implicações de fato daquela frase: *arché* não deve ser entendido como governo ou poder, mas, apenas, como um cargo estatal, talvez o arcontado.⁴⁵ Por tais expedientes de exegese textual, o crítico moderno empreende a conciliação entre, por um lado, as definições apenas formais de exercício do poder tirânico pelos Pisistrátidas e, por outro, seus modos efetivos de consecução.

Parece-nos, entretanto, que a ambivalência mais suas (in)conseqüentes anomalias de informes sejam mesmo o aspecto relevante desse texto tucidideano. Do próprio relato de sua versão dos fatos pode-se detectar, embora recessivamente camuflados pela proposição geral da apresentação tucidideana, elementos tópicos que indiciam, pelo contrário, no exercício do poder pelos Pisistrátidas, mesmo anteriormente ao atentado contra Hiparco, antes a presença opressiva da tirania do que sua ausência em razão do bom governo.

Assim, pelo que conta (o texto mesmo de) Tucídides, toda a trama do atentado visa, em primeiro lugar e acima de tudo, a eliminar o tirano, Hípias, apenas voltando sua fúria contra Hiparco, ocasional e secundariamente, quando se dá por frustrado aquele objetivo primordial.

44. Tucídides VI.54.4-6.

45. Jacqueline de Romilly (*Thucydides*, 1955: p. 164).

Afirma também Tucídides que não eram em grande número os conluídos, pois eles contavam com uma sublevação coletiva assim que o atentado fosse apenas ousado por alguns; o que, então, supõe antes um estado generalizado de animosidade contra a tirania, bem disposto a livrar-se dela na primeira oportunidade, do que de satisfação e contentamento pacífico por seu benemérito e virtuoso governo.

Além do que, a adoção também da dissimulação astuciosa como operada por Hiparco, e não somente o recurso ao puro emprego da força, como método de afirmação de poder, não é de modo algum estranho à tirania, como o implica a argumentação tucidideana, pelo contrário, ambos esses procedimentos antes concorrem e se associam, do que se excluem em suas histórias.

E, ainda, a realidade do episódio passional, pleno de compulsões eróticas, não é também tão estranho às vicissitudes da história da tirania a ponto de denunciar a exclusão da motivação propriamente política do atentado, como o quer implicar o alcance do arrazoado tucidideano.

As anomalias dos informes narrativos condizem com a proposição polêmica da digressão tucidideana: seu escopo é dissolver a memória política do feito de Harmódio e Aristogíton enquanto realização do espírito ateniense amante da liberdade e infenso à tirania, porque tal episódio era popularmente celebrado em Atenas. Tendo partido da versão a ser contestada e, pois, descartada, em revertendo suas implicações interpretativas de atentado político, acaba, entretanto, por veiculá-la recessivamente, pois, para compor a plausibilidade e verossimilhança da história alternativa que o historiador apresenta em contrapartida à que viera justamente de desqualificar, assume também justo os teores desta, uma vez que tece os novos entendimentos do acontecimento ainda como tiranicídio!

TUCÍDIDES E PÉRICLES

A razão (historiográfica) por que Tucídides *acerta o fato* da tirania de Hípias em Atenas e (con)seqüentemente *dissolve a fama* libertária do feito de Harmódio e Aristogíton guarda afinidades com a *ordem de racionalidade* com que Péricles, ao que lembra uma anedota plutarqueana, conduzia sua atuação política na liderança da democracia ateniense.

Conta o biógrafo que, certo dia, estando Péricles a conversar com Sófocles por ocasião do encargo que os associara no comando conjunto de uma expedição naval, foi interpelado pelo tragediógrafo que intentava atrair sua atenção para os encantos da figura de um jovem de que exaltava especialmente a “formosura”. Péricles, entretanto, respondeu-lhe sisudo: “Não só as mãos, Sófocles, deve um general manter limpas; os olhos também”.⁴⁶

Paulo Pereira de Castro discernia nessa história anedótica a contraposição de dois distintos modos de mentalidade ética respeitante à *práxis política*, a

46. Plutarco. *Vidas* (1963: p. 78).

“arcaizante”, figurada em Sófocles, contra a “moderna”, emblematizada por Péricles: se a sofocleana (con)fundia no exercício da atuação política envolvimentos também de ordem erótica assim conjugáveis, a pericleana apresentava-se pautada por uma ordem de racionalidade discriminante que autonomizasse a esfera do político, a ser, pois, dissociada da interferência daquela passionalidade que a comprometesse.⁴⁷

Correspondentemente, em Tucídides o *lógos* do *historiador* se distingue e contrapõe ao *éthos* do *mitógrafo*. Justo assim Tucídides discrimina, em sua *exegese indiciadora da mitologia* tiranocida do feito de Harmódio e Aristogíton, a (des)razão erótica que (des)qualifica seu designio (político). A lógica do indiciamento pressupõe e opera no quadro de uma ética diferenciada de percepção subjetiva dos acontecimentos.

No empreendimento de *positivar* o acontecimento dotando-o de plenitude de aspectos de realidade histórica constitutiva, a narrativa do *historiador*, que pretende alcançar a apreensão do *fato* mesmo em sua *unicidade de realidade objetiva*, recai no jogo das percepções parciais que o memorizaram. A hermenêutica de sua metodologia crítica de asserção *positiva* do *fato histórico* reitera, pela dialética de suas significações *dominante contra recessiva*,⁴⁸ as intrigas de memorização que tecem a *teia do fato*.⁴⁹

47. Confirmam-se a este respeito as análises de Anderson Zalewski Vargas em sua Tese de Doutorado (*Ambigüidade e Barbárie*, 2001), especialmente a contraposição entre “cosmologia interligada” e “cosmologia separativa” apreciada na abordagem do texto de Tucídides.

48. No sentido dado por Paul-Laurent Assoun (1979: p. 11).

49. Remetemo-nos, particularmente no que respeita ao emprego dessa última formulação sobre a *teia do fato*, às considerações já externadas em conclusão a um ensaio anterior: “Thucydide et l’assemblée sur Pylos (IV.26-28): rhétorique de la méthode, figure de l’autorité et détours de la mémoire” (Pires, 2003c), onde nos valem das contribuições reflexivas de Carlos Alberto Vesentini (1990: *A Teia do Fato*): *L’historien moderne imite ainsi Thucydide, assumant la mission qu’il s’était originalement imposée: “dire le fait en nous faisant voir comment les choses se sont effectivement passées”. On ambitionne à appréhender le fait historique, ainsi conçu en tant que perception dépurée de toute faille de contradiction, d’ambigüité et d’incertitude quant à ses aspects de réalité constitutifs. Pour ce faire, on élimine du récit certaines données factuelles, pour y imposer d’autres. (ré)construites juste à ce propos. On peut alors nier, dans l’appréhension du fait historique, certains sens pour en affirmer d’autres. Dans cet effort pour déterminer précisément tous les aspects constitutifs d’une réalité factuelle, il découle cependant d’autres contradictions, d’autres ambigüités et d’autres incertitudes, justement impliquées en raison d’une telle imposition d’un sens univoque aux événements, à réclamer alors un enchaînement d’autres suppositions à fin de pouvoir soutenir l’imposition de ce sens-là. Ce processus spéculatif ne s’interrompt que par une décision qui silencie alors la critique de cette herméneutique impositive, laissant dans l’ombre justement ces indéterminations et ces incertitudes qu’une telle imposition d’un sens univoque suppose et implique. Au cas où l’on pourrait comprendre tous ces problèmes à la lumière des implications épistémologiques du Principe de l’Incertain (Werner Heisenberg) et conséquemment du Principe de la Complémentarité (Niels Bohr), de sorte que, à la fin de l’exploration herméneutique de la mémorisation historiographique du fait, ce que nous aurions ne serait pas une réalité monolithique unitaire, toute délivrée de contradictions, d’ambigüités et d’incertitudes, mais plutôt une trame d’optiques complémentaires des liens conceptuels de sa multiple appréhension, on pourrait alors reprendre le problème de la rhétorique méthodologique thucydídienne dans une autre direction. Cette rhétorique avait accusé une impasse d’ordre « méthodologique»: des*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. Tradução e comentários de Francisco M. Pires. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ASSOUN, Paul-Laurent. *Marx e a Repetição Histórica*. Tradução de Wilson Sidney Lobato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOWRA, Cecil M. *Greek Lyric Poetry*. Second edition. Oxford: Clarendon Press, 1961.
- GINSBURG, Carlo. Lorenzo Valla on the "Donation of Constantine". In: *History, Rhetoric and Proof*, Hanover/ London: University Press of New England, 1999, p. 54-70 [*Relações de Força. História, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, p. 64-79].
- _____. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Préface in Lorenzo Valla. *La Donation de Constantin*. Traduit et commenté par Jean-Baptiste Giard. préface de Carlo Ginsburg, 2e. tirage. Paris: Les Belles Lettres, 2004 [1993].
- HARTOG, François. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.
- _____. L'oeil de Thucydide et l'histoire véritable. *Poétique*, 49, 22-30, 1982.
- _____. *Le Miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*. Paris: Gallimard, 1980.
- KAMERBEEK, J. C. *The Plays of Sophocles. Ajax*. Part I, English version by H. Schreuder. Leiden: Brill, 1963.
- KLEE, Udo. *Beiträge zur Thukydides-Rezeption während des 15. und 16. Jahrhunderts in Italien und Deutschland*. Frankfurt am Main/ Bern/ New York/ Paris: Peter Lang, 1990.
- KNOX, B. *Word and Action*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1979.
- MARSHALL, Francisco. *Édipo Tirano. A Tragédia do Saber*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- MÉAUTIS, G. *Sophocle. Essai sur l'héros tragique*, Paris: Albin Michel, 1957.
- MEIER, Christian. *De la tragédie grecque comme art politique*. Tradução francesa de M. Carlier. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- de OLIVEIRA, Flávio R. *Aias de Sófocles: tradução e estudo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994.
- PIRES, Francisco Murari. A Retórica do Método (Tucídides I.22 e II.35). *Revista de História*, 138, p. 9-16, 1998.
- _____. *Ktêma es aei*: a "prolixidade do silêncio" tucidideano (século XX). *Anos 90. História Antiga e Arqueologia* (org. de Francisco Marshall), 17, p. 87-112, julho 2003b.
- _____. *Mithistoria*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- _____. O Porto de Pilos e a baía de Navarino, Tucídides e o coronel Leake: *akribeia* antiga mais crítica moderna e as temporalidades da história tucidideana. *Phaos*. Campinas, 3, p. 95-114, 2003a.
- _____. The Rhetoric of Method. *The Ancient History Bulletin*, 12, p. 106-112, 1998.
- _____. Thucydide et l'assemblée sur Pylos (IV.26-28): rhétorique de la méthode, figure de l'autorité et détours de la mémoire. *The Ancient History Bulletin*, 17, p. 127-148, 2003c.
- _____. Tucídides: a Retórica do Método, a Figura de Autoridade e os Desvios da Memória. In: Bresciani, Stella; Naxara, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 95-128.

observateurs différents ne narrent pas les mêmes choses à propos, toutefois, d'un même événement! Comment l'historien pourrait-il alors appréhender l'unicité du fait historique? Cette considération thucydéenne apporterait, paradoxalement posée dans sa problématique-même, une (ré)solution, quoique tautologique: la demande par laquelle l'écriture de l'histoire s'interroge sur la diversité de perceptions dont chaque fait historique nous est transmis, contiendrait sa propre réponse! La critique de la mémorisation historiographique supposerait alors la nécessité de démêler dans ses trames narratives la multiplicité des optiques qu'y sont recelées par la fixation d'une perception d'un fait univoque à travers laquelle la figure d'autorité de l'histor(ien), en souhaitant faire voir l'événement, construit une vérité qui lui est propre.

- PLUTARCO. *Vidas*. Apresentação, seleção e tradução direta do Grego por Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1963.
- STAHL, Hans-Peter. *Thucydides. Man's Place in History*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2003 [*Thukydides. Die Stellung des Menschen im geschichtlichen Prozess*. Munich: 1966].
- TAYLOR, Michael W. *The Tyrant Slayers. The Heroic Image in Fifth Century B.C. Athenian Art and Politics*. Second edition. Salem: Ayer Company Publishers, 1991.
- THUCYDIDE. *La Guerre du Péloponnèse*. Texte établi et traduit par Louis Bodin et Jacqueline de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 1955. Livres VI/ VII.
- VARGAS, Anderson Zalewski. *Ambigüidade e Barbárie. A Natureza nos relatos de desordem na Guerra dos Peloponésios e Atenienses. de Tucídides*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato. Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.